

Severo Gomes

Projeto Calha Norte

Estive há alguns meses visitando as terras habitadas pelos índios Yanomami. Conheci-os, assim como as suas malocas, matas, igarapés, cantorias, danças e pajelanças. Tenho ainda na lembrança o desenho das montanhas de antiquíssima formação geológica, onde o Pico Rondon recorda a Pedra da Gávea e o Marechal, que iniciou a política indigenista brasileira.

Devem estar lá por estas horas estes nossos irmãos, distraídos em suas fainas milenares, caçando porcos e macacos, pintando os corpos, rindo como sempre em suas infundáveis conversas sobre os mistérios, comidas e plantas curativas, acumuladas em sua milenar herança cultural.

Não sabem nada do Projeto Calha Norte, que acaba de ser divulgado, e que se destina a organizar a presença do Brasil na imensa fronteira do norte, nem sobre as consequências sobre o seu destino.

A vigilância sobre as fronteiras é um dever e muito particularmente de nossas Forças Armadas. A preservação dos direitos dos povos indígenas, da posse de suas terras e de sua cultura é, além de um mandamento da Constituição, uma obrigação moral de todos aqueles que não suportam o continuado genocídio dos índios brasileiros, e muito especialmente daquelas organizações que têm compromissos muito mais profundos com os direitos humanos, como é o caso da Igreja.

O projeto é vago e seria difícil uma crítica aprofundada sem o conhecimento dos pormenores de cada tipo de ação a ser desenvolvida. O fato de uma decisão tão grave ter sido tomada sem a participação da sociedade nem do Congresso surpreende a todos que imaginavam que as práticas democráticas estavam sendo exercitadas na Nova República. O Cimi já saiu com críticas muito duras, porque já tem longa experiência de projetos passados em que a mesma retórica foi desmoralizada pela crueldade dos fatos.

A justificativa informa a necessidade de coibir o contrabando e impedir as plantações de "epadu" (a cocaína brasileira), lembrando que "as experiências no Peru e na Bolívia apontam ainda para a perspectiva de que qualquer iniciativa na área agrícola sempre será menos rendosa do que a plantação de coca. Em outros termos, qualquer projeto de relocação de pequenos agricultores na Calha Norte poderá redundar em incremento de plantação de epadu".

Lembra ainda o relatório, que "os temas de política indigenista estão entre os de maior responsabilidade política e no passado recente foram explorados em detrimento da boa imagem do país". A expressão "explorados" poderia dar a impressão de que a boa imagem do país teria sido atingida por falsas informações e não pela realidade dos continuados crimes cometidos (todos impunes).

Está presente a preocupação da "delimitação e demarcação das terras indígenas", assim como de reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas".

Esta leitura que fazemos no sentido positivo interrompe-se quando deparamos com o argumento de que "há bastante tempo, observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir-se às custas do atual território brasileiro e venezuelano um Estado Yanomami".

Ora, este é o sovado e mentiroso discurso de garimpeiros e fazendeiros que ambicionam apossar-se das terras dos índios com o braço ou a displicência das Forças Armadas. A afirmação é extremamente grave e os autores do projeto estão na obrigação de prová-lo consistentemente sob pena de ficarem sob a suspeição de leviandade, ou de estarem emprestando a sua força para essas ações que nos humilham e denigrem a imagem do país.

A dizimação das comunidades indígenas com a perda definitiva de seus acervos culturais, os crimes de genocídio e etnocídio, lesões irreparáveis ao patrimônio da humanidade, ocorreram em tantos países porque muito povoados ou por sua pequena extensão territorial.

O Brasil, sem prejuízo do trabalho e do desenvolvimento, está marcado para o caminho da grandeza de preservar as culturas milenares dos povos indígenas com a visão de que estará cuidando de sua própria herança e de sua dignidade.